

AS FILHAS DO ÁLCOOL EM GEL: UM ENSAIO SOBRE COMO A PANDEMIA DE COVID-19 PODE NOS AJUDAR A REFLETIR SOBRE INFÂNCIA E BIOPOLÍTICA

The daughters of alcohol gel: an essay on how the Covid-19 pandemic can help us reflect on childhood and biopolitics

Las hijas del alcohol en gel: un ensayo sobre cómo la pandemia del Covid-19 puede ayudarnos a reflexionar sobre la infancia y la biopolítica

Luciana Calado

Doutoranda em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba

E-mail: lucianacaladdo@gmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 16, 2023, e01603, p. 1-19

ISSN 2447-9837



RESUMO:

Este artigo nasce da vivência de um passeio pela vizinhança com minha filha – usual, não fosse a pandemia de Covid-19. Através desta experiência, que envolveu os sentidos, a subjetividade, a cidade e as relações entre animais humanos e não humanos, o objetivo foi problematizar como estamos construindo e conduzindo as relações neste contexto pandêmico, em especial com as crianças pequenas, aludidas como “as filhas do álcool em gel”, em razão de estarem sendo socializadas nesse tempo histórico. Discuto questões relacionadas à cidadania, autonomia e agência infantil, situando as relações (de poder) entre criadoras e crias relacionalmente, através do instrumento da disciplina. Caminhando pela questão “como esta pandemia pode nos ajudar a refletir sobre infância e biopolítica”, sugiro que, atualmente, pensar sobre controle, poder e disciplina no contexto da infância, é problematizar *como e para que* estamos educando nossas crias.

PALAVRAS-CHAVE:

Infâncias. Disciplina. Pandemia. Biopolítica.

ABSTRACT:

This paper rises from the experience of a walk through the neighborhood with my daughter – habitual, if it weren't for the Covid-19 pandemic. Through this experience that involved the senses, the subjectivity, the city and the relationships between human and non-human animals, the goal was to problematize how we are building and conducting relationships in this pandemic context, especially with young children, alluded as “the alcohol gel daughters”, because they are being socialized in this historical time. I discuss issues related to citizenship, autonomy and children's agency, situating relationally the (power) relationships between parents and children, through the instrument of discipline. Walking through the question “how can this pandemic help us to ponder on childhood and biopolitics”, I suggest that, currently, to think about control, power and discipline in the context of childhood, is to question *how and for what* we are educating our children.

KEYWORDS:

Childhoods. Discipline. Pandemic. Biopolitics.

RESUMEN:

Este artículo nace de la experiencia de un paseo por el barrio con mi hija – habitual, salvo por la pandemia del Covid-19. A través de esta experiencia que involucró los sentidos, la subjetividad, la ciudad y las relaciones entre humanos y animales no humanos, el objetivo fue problematizar cómo estamos construyendo y conduciendo las relaciones en este contexto de pandemia, especialmente con los niños y niñas pequeñas, denominadas “las hijas del alcohol en gel”, porque se están socializando en este momento histórico. Discuto cuestiones relacionadas con la ciudadanía, la autonomía y la agencia infantil, situando las relaciones (de poder) entre progenitoras y descendientes relacionalmente, a través del instrumento de la disciplina. Caminando sobre la pregunta “cómo esta pandemia puede ayudarnos a reflexionar sobre la infancia y la biopolítica”, sugiero que, actualmente, pensar el control, el poder y la disciplina en el contexto de la infancia, es problematizar cómo y para qué estamos educando a nuestras hijas e hijos.

PALABRAS CLAVE:

Infancias. Disciplina. Pandemia. Biopolítica.



INTRODUÇÃO: UM PASSEIO PELA VIDA SEM SAIR DA VIZINHANÇA

Este é um texto que fala sobre a vida. É um artigo atravessado por gerúndios e pela perspectiva de estar viva: vivendo e extraindo da prática cotidiana reflexões que façam sentido ao ser humana, mulher, mãe, antropóloga. É um texto atravessado por uma experiência com minha filha, um passeio descompromissado pela vizinhança, que me levou a reflexões sobre os sentidos: desde o sentir o sol sobre a pele, sentir a cidade de uma forma diferente, até o sentido que as relações têm reverberado na minha existência, no “como” tenho caminhado pela vida.

São reflexões sobre corpos de mulheres negras não retintas, de classe média baixa, caminhando pela tradicionalidade de um bairro que, em tempos longínquos, já fora moradia das elites alagoanas, mas que agora é uma espécie de matiz de residências/comércios, o que promove a sensação de insegurança de transitar a pé por um bairro cada vez mais gentrificado.

Utilizando como pano de fundo a pandemia de Covid-19, que já dura mais de dois anos, trago aqui minhas inquietações sobre corpo, infância, vida e controle, que transbordaram durante o passeio com Naiane e seguem esborrando. Assim, a questão que norteou o artigo foi: como esta pandemia pode nos ajudar a refletir sobre infância e biopolítica?

Caminhei por textos que tratavam sobre os sentidos de infância nas perspectivas de cidadania, autonomia e controle. Busquei ajuda em autores como Manuel Sarmiento, Gabriela Trevisan, Rita Marchi, Donna Haraway e Michel Foucault, para pensar e problematizar agência, subjetividades e relações de poder. Passeei, ainda, por textos que tratavam sobre os sentidos da experiência na cidade, entendendo o corpo como produtor e produto das subjetividades, buscando uma interlocução com José Guilherme Magnani, José Machado Pais e Le Breton. Nesse universo, o objetivo foi pensar como estamos construindo e conduzindo nossas relações neste contexto pandêmico, em especial com as crianças, aludidas no título do trabalho como “as filhas do álcool em gel”.

A pandemia, aqui, é entendida como um momento em que as contradições sociais e políticas estão mais acirradas e expostas que o usual. Portanto, a utilizo como estratégia para pensar figurações de fenômenos já enredados em nossas relações cotidianas, como a invisibilização das crianças enquanto sujeitos e o controle de seus corpos.

1 O conceito de biopolítica é útil a refletir sobre a produção de corpos dóceis através da institucionalização, socialização e controle que impingimos às crianças. Para Foucault (2011b), esses processos são atravessados por uma série de intervenções e controles reguladores, assegurados por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas.



A metáfora “filhas do álcool em gel” remete às crianças pequenas que estão sendo socializadas com contatos mediados pela necessidade de combater o coronavírus, através da assepsia das mãos com o álcool em gel e aprendendo a reconhecer sorrisos ocultados pelas máscaras, mas revelados pelos olhares, por exemplo. Enfim, uma rotina muito diferente para nós, mães e cuidadoras, mas já tão bem incorporada pelas crianças, como pude observar, tanto nas ações de minha própria filha, quanto em relatos de outras mães e também avós e professoras.

Por fim, é importante explicar que redigir um texto primando pelo uso do feminino e em primeira pessoa é uma opção política, por entender que a gramática da língua portuguesa, bem como as construções lexicais e sintáticas da norma culta, são sexistas e corroboram de modo profundo para a manutenção de um sistema patriarcal e excludente de grupos minoritários e/ou vulneráveis, como mulheres/mães e crianças.

A FILHA, O ÁLCOOL EM GEL E A CIDADE EM GERÚNDIOS

Passeando pela vida: a trilha

Era cerca de 8h de uma manhã quente e ensolarada em Maceió e me organizava para ir à rua, aqui pelas redondezas de casa, resolver algumas coisas “de adulto”. Ao me ver com roupa e gestos diferentes (sinais, linguagem corporal), Naná, minha filhota de 3 anos, correu ansiosa até mim, pedindo para ir junto. Como seria rápido e perto, resolvi levá-la. Protetor solar nos corpos, bonés nas cabeças e máscara nos rostos, fomos.

A ida breve se prolongou em um passeio de mais de uma hora de caminhada pela rua. Isso, por dois motivos: um, porque a primeira investida foi em um estabelecimento que estava fechado para reforma; e outro, pelas perninhas curtas dela, que “atrasavam” meu passo. Em razão do segundo motivo, sugeri que fôssemos ao próximo estabelecimento pelas ruas mais tranquilas.

Para uma criança esperta como ela, crescendo em um tempo cotidiano experimentado e moldado por uma pandemia, sair à rua a pé foi uma aventura, porque ela parava para sentir tudo: o sol esquentando a pele, o vento e as sombras aliviando o calor, os cheiros (embora distanciados pela máscara), o jogo de luz e sombra que se projetava no asfalto.

Além do abiótico, personagens belos atravessaram nossos caminhos e nossos corpos: a borboletinha da asa amarela (que compõe, inclusive, uma historinha



que criei para ela, o que gerou nela identificação com o inseto), a libélula – prima e amiga da borboleta, segundo Naná – e também os poucos passarinhos, gatos e cachorros que perambulam aqui pelas redondezas – não por ser um local isolado, mas exatamente o oposto: a 50 metros da avenida Fernandes Lima, uma das principais da cidade, local usualmente agitado, dada a centralidade do tradicional bairro da Pitanguinha, atualmente de classe média e gentrificado.

Na volta, sugeri que fôssemos pelo caos, pela avenida principal, pois voltaríamos para casa mais depressa. A primeira coisa que ela perguntou foi: “mamãe, cadê o au-au?” – não havia um sequer! A buzina ensurdecidora do caminhão não passou incólume e a fez levar as mãos aos ouvidos, tampando-os e dizendo que era muito chata e fazia “dodói”.

Por fim, reclamou do sol e disse que queria uma sombra; contudo, assim como os bichos, eram as plantas: inexistentes em nosso caminho (fato intrigante: as únicas árvores e arbustos que existiam na avenida, no canteiro central, longe das calçadas, estavam sendo desbastadas exatamente no momento em que passávamos).

Minha experiência antropológica com Naná na cidade me rendeu um dia de inúmeras reflexões. Ter me perdido no tempo me levou a questionar sobre como tenho conduzido meus relacionamentos (“sem tempo” para fazer outra coisa que não seja ler, escrever, corrigir, assistir/ministrar aulas, orientar...), ou seja, como tenho caminhado pela vida. Lembrando de Tim Ingold (2015), observei que nossos passos na rua, independentemente de serem curtos ou longos, não deixaram marcas na cidade (cidade esta, que é pensada e planejada – quando é – para carros, e não para as pessoas, muito menos para os animais não humanos).

Lembrei também que a perspectiva da cidade – e da vida – é construída por quem percebe e do lugar de onde percebe – e aqui posso falar de forma simbólica e trazer a importância dos marcadores sociais da diferença ou literal, quando Naiane parou ao ver um ônibus estacionando e se espantou com seu tamanho: “gigante, mamãe!”.

Ao passarmos do portão, antes de adentrarmos o *hall* que conduz às escadas do edifício, ela parou e me ofereceu álcool em gel, enquanto pisava no pedal do *dispenser* imaginário que criou. Foi nesse momento que meu coração de mãe e meu tino antropológico me levaram a mais inquietações.

Comecei a pensar sobre a infância: sobre ser criança, brincar, ter direitos, ser vista como uma adulta em potência, ser deslegitimada ao chorar, ter vontades e carecer de ferramentas para se expressar... Uma infinidade de questões, uma infinidade de possibilidades de ser, do ser criança, do ser humana... Crescendo den-



tro de casa, nos limites dos muros. Qual lugar tem assumido o brincar na vida das pequenas? Como tem sido crescer no contexto de uma pandemia? Marina Pastore e Flávia Pires, em pesquisa com crianças moçambicanas no contexto pandêmico, falam sobre o brincar e as criações de sentidos e signos.

Em momentos de confinamento, ocasionados pela pandemia, as crianças inventam modos novos de agir e de se relacionar com o tempo-espço do brincar para de fazer dele um campo de significações. Brincar em espaços restritos, bem como tem sido as possibilidades relacionais, tem incomodado as crianças que se interrogam e interrogam esses momentos de sentimento de falta de expressão de liberdades, criação e sentidos. As modificações podem, igualmente, tornarem-se significativas e impulsionar inovação, principalmente no imaginário e no movimento das narrativas e da indagação da memória, tanto de forma individual quanto grupal (Pastore; Pires, 2020, p. 308).

Ao falar sobre a falta de liberdade relatada pelas crianças, as autoras me acompanharam quando passei mentalmente pelas inspiradoras palavras de Manuel Sarmiento (2012) sobre cidadania infantil, sobre seus direitos, o acesso a eles e sua participação nos contextos aos quais pertencem e, também, sobre a ideia de criança como ator social (Marchi, 2017).

Mas o *dispenser* imaginário não me saía do horizonte: o que será que se passa no imaginário infantil ao ser constantemente advertido sobre a periculosidade de um vírus? O que será o vírus, essa “entidade biológica abstrata” (visto que, quando fora da célula hospedeira, sequer é considerado vivo!)? Como as noções de segurança e perigo se delineiam – tanto para as pessoas adultas quanto para as crianças – quando entra em cena o coronavírus?

Pensar a vida nesses termos me levou ao “Manifesto ciborgue”, quando Donna Haraway (2000) fala da subversão do sentido tradicional de animalidade, aquele que não aparta o humano do não humano, mas coloca as identificações em movimento. Seguindo o fio, lembrei-me também de Eduardo Viveiros de Castro explicando que, no universo do perspectivismo ameríndio, “vendo-nos como não humanos, é a si mesmos que os animais e espíritos veem a si como humanos” (Viveiros de Castro, 2004, p. 227).

Foi através desse caleidoscópio de imagens mentais que uma palavra tomou centralidade, como se eu avistasse um letreiro luminoso: *controle*. A partir daí, vida e controle seguiram juntando meus pensamentos e inquietações sobre corpo e infância, culminando nas ideias que trago neste ensaio sobre como a pandemia pode nos ajudar a refletir sobre infância e biopolítica.



Um passeio (auto)etnográfico

O falar sobre si emerge da pesquisa através da experiência. Recentemente, nos últimos dez anos, tem-se observado um movimento de antropólogas pesquisando sobre o tema das maternidades a partir de suas próprias experiências (Carneiro; Ribeiro, 2015, p. 185). Através desses processos, conhecemos a maternidade e a maternagem, refletimos a partir dos discursos oficiais ou suas reverberações, ressignificando-os através dos entendimentos particulares, de indivíduos e/ou de grupos.

A despeito de a etnografia não ser um método (Peirano, 2014), a perspectiva autoetnográfica, aquela que floresce junto à experiência, pode nos ajudar “no propósito de expandir o empreendimento teórico/etnográfico, contribuindo para desvendar novos caminhos que nos ajudem a entender o mundo em que vivemos” (Peirano, 2014, p. 389), através dos significados apreendidos pelos sentidos, em conjunção com a teoria. Enquanto construção epistêmica, a autoetnografia nos permite analisar e refletir “sobre os dados observados externamente e relatados oralmente, também atentamos para conhecimentos apreendidos através do nosso próprio corpo, que se move e encontra diferentes ambientes, pessoas, objetos e experimenta diversas emoções” (Gama, 2020, p. 191).

A autoetnografia é, portanto, uma ferramenta pertinente e potente, tanto para a investigação de um fenômeno social, quanto para sua escrita/construção teórica, pois seu escopo é uma proposta de descrição e análise sistemática da experiência da individual, com vistas à reflexão de experiências culturais e, portanto, podem-se construir narrativas que

propõem-se a compreender um ‘eu’ ou algum aspecto de uma vida que se entrecruza com o contexto cultural e social, que se conecta a outros participantes (ou sujeitos da pesquisa), e convida os leitores a entrar no mundo do autor e a usar o que lá aprenderam para refletir, compreender e lidar com suas próprias vidas (Ellis, 2004, p. 46).

No contexto de pesquisas com crianças, a autoetnografia se mostra uma possibilidade de diálogos outros, considerando as diversas possibilidades de comunicação que não apenas a escrita, bem como a potência das expressões corporais, gestos – como os meus, percebidos por Naná como uma demonstração do ritual de saída de casa em tempos pandêmicos, especialmente o ato de usar máscaras, evidenciando o olhar, o que, apesar de esconder um eventual sorriso, naquele contexto de corporeidade seria, talvez, o mesmo que delatar-se, afinal,

Contar uma história é também construir caminhos, inventar atalhos, selecionar imagens, desenhar lugares, narrar silêncios. Tudo isso requer não só o conhecimento da história que se deseja contar, mas a disposição em escolher os artefatos: métodos, técnicas e instrumentos através dos quais a história se torna passível de ser contada (Sousa, 2015, p. 148).



O recurso metodológico da autoetnografia me é caro, pois, na medida em que – na sociedade cada vez mais individualizada que vivemos –, construir uma narrativa a partir da experiência não é “apenas” falar sobre si, mas refletir sobre os caminhos de formação humana que estamos a trilhar. Trazer quem me lê para passear comigo e com Naná é uma posição política, um chamado à reflexão sobre nossa existência, sobre pensar o corpo metodologicamente, como muito mais que um receptáculo biológico de estímulos e respostas fisiológicas.

Passeando pela vida: a geografia afetiva

Esses pensamentos foram atravessados pela experiência dos corpos na cidade, se comunicando com ela pelos sentidos, no que David Le Breton chamou de geografia afetiva, uma “apropriação pelo corpo, uma afetividade em ação, nunca uma fisiologia pura, mas uma psicologia, ou melhor, uma geografia afetiva” (2020, p. 2).

A pandemia de Covid-19 foi decretada quando Naiane tinha 23 meses, às vésperas de seu aniversário de 2 anos. Exatamente um mês antes disso, a matriculei em uma escolinha aqui no bairro e, quando não chovia, caminhávamos até lá por aquelas ruas “mais tranquilas”, as mesmas que nos conduziam algumas tardes à padaria. É irônico lembrar que, naquela época, andar pela rua só me trazia preocupação com nossa integridade física; entretanto, como bióloga que sou, impregnada por alguns anos de experiência de trabalho em laboratório, geralmente carregava o álcool em gel no bolso.

Não sei se porque minha filha ainda era muito pequena e pronunciava apenas algumas palavras, se por eu ainda não estar bem familiarizada com as provocações da antropologia urbana ou, ainda, se não entendia a importância da banalidade de poder estar na rua a qualquer momento, antes eu não observava com tanta atenção “a multiplicidade dos arranjos através dos quais esses atores organizam sua vida cotidiana” (Magnani, 1998, p. 3).

A despeito disso, Machado Pais (2010) já alertava que vivemos em compasso de pressa, subjugando a vida ao relógio, no ritmo do “encontrão”. Em sagaz analogia, explica que a sociedade do encontrão é aquela que dá vistas e não ouvidos; é aquela da presença fugaz das cidades como *locus* de passagem vai caracterizando o urbano como *locus* da “evitação, o anonimato, a indiferença, a fuga ao comprometimento denunciado por qualquer olhar mal interpretado” (Pais, 2010, p. 139).

Trazendo John Muir afirmando que poderia tranquilamente se orientar mesmo sem mapas pela floresta, mas que se perdia nos monótonos corredores dos hotéis novaiorquinos, Le Breton (2020) me despertou a memória afetiva de caminhar



pela mata, a trabalho ou lazer, com maestria, mesmo sem GPS, ao passo que me perco com frequência em qualquer um dos minúsculos *shoppings centers* de qualquer cidade – mais uma vez, tenho que concordar com o autor, pois “a festa da mercadoria é banal e tende a se tornar idêntica nas grandes cidades” (Le Breton, 2020, p. 3).

Por outro lado, as calçadas interrompidas que comportam pedestres, o calor do asfalto quente que se sobressai à sombra e ao aroma das escassas plantas e o buzinar dos automóveis, contrastam com o quieto ambiente doméstico. Estar em um “internato doméstico” por mais de um ano simula uma saudade do caos urbano.

Uma última questão me chamou atenção: minha filha não tem identificação com nosso bairro. Apesar de que, para minha surpresa, ela ainda se recorde da escolinha antiga, a qual frequentou por um mês apenas, ela não tem história nas ruas: brincadeiras, passeios, parquinhos. Magnani (1998) já chamava atenção para a solidão espontânea e essa falta de identificação com os bairros onde moramos e, neste sentido, especulo como será essa relação das gerações mais novas com o espaço urbano, afinal, a pandemia está deixando marcas indelévels nas pequenas.

O *dispenser* imaginário de Naiane me provoca sempre que ele atravessa nosso caminho. É assim, através de mãos assépticas, rostos mascarados e sorrisos que se revelam pelo olhar, que ela está encorpando a vida. A máscara e o álcool em gel, a proibição de abraçar os coleguinhas na (nova/atual) escola, de fazer amizades fora do ambiente escolar, são agora uma familiaridade para a geração de Naná, embora estranho para a minha. Penso que, talvez – e muito talvez – o estranhamento em si, seja como foi para a geração dos meus pais, a naturalidade com que eu e meus coleguinhas os ensinávamos a não jogar lixo no chão; mas reitero que trato apenas do estranhamento de atitudes novas que são sentidas e compartilhadas por diferentes gerações.

A CONJUNÇÃO DOS ESPELHOS DO CALEIDOSCÓPIO

Infância, criança e relações de poder

Falar em infância no Brasil é lembrar do Código de Menores, “estigmatizante da infância e juventude pobres” (Schuch, 2009, p. 129), de concepções de infância que por muito tempo orbitaram o campo jurídico, orientadas pela noção de “família normal” – e nesse contexto, “normal” poderia significar o comportamento tido como “moralmente correto ou, pelo menos, esperado e habitual” (Bott, 1976, p. 192). Apenas na década de 1990, com o advento do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), é que noções como “cidadania” aparecem no texto legal, acompanhadas



por expressões como “direito da criança”, num viés que corrobore a dimensão dos direitos humanos.

Donzelot (1986) explica que a partir do século XVIII têm-se edificado uma ideia socialmente construída de infância e, por conseguinte, de criança. Essa concepção moderna de infância a coloca como uma fase da vida humana, com estágios cognitivos bem delineados. Nesse sentido, Ariès (1981) – a despeito do olhar nostálgico à ideia de infância – já denunciara a perspectiva de uma noção de uma “infância universal”, argumentando centralmente que a concepção que ainda cultivamos nasce no momento histórico da Modernidade.

Lemos (2007) explica que tanto a medicina quanto a mídia foram fundamentais para a consolidação dessas ideias, confluindo para um ideário de infância que deve ser analisada, entendida e orientada por profissionais da área da saúde e da educação – sendo, portanto, a escola eleita como o lugar ideal para sua socialização. Sob um olhar tecnicista, a infância seria uma etapa da vida na qual deve-se aprender os modos de lidar e resolver as situações cotidianas, dentro das culturas particulares (Lemos, 2007; Meira, 2003).

Não é meu objetivo retomar a história dos conceitos, mas situar que pensar criança e/ou infância nos dias de hoje não significa o mesmo que há dez, vinte ou trinta anos. Contudo, nos últimos quarenta anos, por exemplo, os conceitos de criança e infância sofreram mudanças importantes, inclusive migrando do campo das práticas médicas, através da psicologia do desenvolvimento, recebendo atenção das ciências humanas, especialmente da sociologia da infância (Marchi, 2017).

Alguns autores trazem a discussão acerca dos locais sociais de pertença da criança nos grupos que compõem, como a família e a escola. Nesse sentido, Sarmiento (2007, 2012) explica sobre a cidadania infantil, relevando a importância do fortalecimento da autonomia nas pequenas. O autor explica que um momento importante que marcou a referência “à cidadania da infância terá sido a proclamação, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de novembro de 1989, da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), [...] a *carta dos direitos da criança e do cidadão infantil*” (Sarmiento, 2012, p. 45, grifos no original). Para Sarmiento (2012), as definições de cidadania não possuem espaço para as crianças, tanto pelo fato de que a elas não lhes é garantida a participação política, quanto por não serem titulares de seus direitos, mas sim tuteladas por um adulto. Nesse sentido, “a criança é tida como um cidadão sob tutela, ou um ser humano em vias de se tornar cidadão, [...] nunca como um cidadão de pleno direito” (Sarmiento, 2012, p. 46).

Ainda sobre a concepção de criança cidadã, Gabriela Trevisan (2012) problematiza que as crianças não possuem ciência de seu estatuto de cidadania, ao menos de maneira



formal, o que contribui para sua exclusão das esferas de decisão. A autora explica que

Relações de poder e questões de idade, de ‘maturidade política’ e competências para se ser cidadão na prática são largamente discutidas uma vez que tomam como ponto de partida a ideia da incompetência da criança em participar, negociar, influenciar e codecidir com adultos em estruturas formais de tomada de decisão (Trevisan, 2012, p. 86).

É um tanto incoerente pensar que conselhos sobre decisões técnicas, por exemplo, do campo da economia, devam ser tomados de crianças de 04 anos de idade, por exemplo. Por outro lado, estes conselhos não seriam recebidos por um adulto que nunca tivera contato com os conceitos da área, sem *expertise* no tema. Em outras palavras, o fator decisivo para uma tomada de decisão responsável e coerente não seria exclusivamente etário. Parece-me razoável assumir que a exclusão das crianças é uma postura política, que decorre de um entendimento de que elas seriam incapazes de decidir, que não teriam condições para esse tipo de participação, fixando-as de modo estanque às margens dos processos cotidianos.

Por outro lado, se as crianças não forem introduzidas na participação política e social dos ambientes que frequentam e grupos que compõem, como se tornarão partícipes da vida social e política no futuro? Como esperamos que uma sociedade seja formada por cidadãs politicamente engajadas, socialmente justas e solidárias, se só se confrontarão com estas situações quando tiverem que resolvê-las enquanto agentes tomadoras de decisões na vida pública na fase adulta?

Na Dinamarca, por exemplo, as crianças são incentivadas a refletir sobre a vida em comunidade e a efetivamente dela participar quando ainda muito pequenas (Haddad, 2019, 2020) – uma realidade muito diferente da brasileira. Por óbvio, questões sociais, econômicas, jurídicas, culturais e até geográficas separam largamente estes Brasil e Dinamarca, o que impossibilita uma comparação direta. Entretanto, olhar para a infância como um processo de construção de um ser autônomo pode e deve ser instigado. A este respeito, cidadania pode ser entendida como

conjunto de experiências subjetivas em esferas públicas e privadas em que os cidadãos constroem identidades coletivas e individuais, participando e influenciando essas esferas, o conceito de cidadania deverá incluir as crianças enquanto coletivo no acesso a direitos políticos, nomeadamente os de participação, influência e decisão (Trevisan, 2017, p. 87).

Contudo, seja no passado ou no presente, uma parte considerável de olhares tem uma perspectiva adultocentrada, aquela que coloca a criança na sombra e o adulto no foco da luz do conto benjaminiano², como nos lembra Sarmento (2007).

² O autor faz uma alusão à condição invisibilizada da criança através de um conto de Walter Benjamin. Mais informações, cf. Sarmento (2007).



Trata-se de uma invisibilização epistemológica, que se relaciona de modo direto “à invisibilidade social das crianças (e da infância) nas sociedades, isto é, o seu lugar ‘subalterno’ na vida social, o seu estatuto de seres incompletos e em socialização ou ‘em trânsito’ para a idade adulta”, como explica Rita Marchi (2017, p. 619), retomando o conto aludido por Sarmento; portanto, falar em invisibilizar, em tornar invisível o que concretamente existe, remete a relações de poder (Trevisan, 2012).

Corpo e controle: agência e autonomia

Pensar a criança como ator social e não em “suspensão como membros da sociedade até que sua socialização/educação esteja completa” (Marchi, 2017, p. 620), é um desafio cultural para nós brasileiras. De toda forma, “as crianças exercem sua agência segundo normas e valores sociais e culturais do grupo a que pertencem, com práticas que unificam os seus membros” (Marchi, 2017, p. 622). Crianças criam sentidos e os vivenciam ativamente, de modo que agenciam uma relativa autonomia cultural em relação aos adultos, atribuindo sentidos particulares às próprias experiências, afinal, “a criança não sabe menos, sabe outra coisa” (Cohn, 2009, p. 33). Isto dito de outra forma, significa que a agência das crianças deve ser pensada de modo relacional, e não de modo estanque, sem interdependência, sem relevar os atravessamentos de suas relações.

Haddad (2020) utilizou o recurso visual da filmagem para obter compreensões sobre a prática pedagógica em educação infantil. A filmagem de um dia típico em uma instituição de educação infantil dinamarquesa foi assistida por profissionais brasileiras, que revelaram espanto e estranhamento a uma realidade de escolas com aspecto de casa (*homelike*), sem portas nas salas, sem seriação entre as crianças, livre brincar e bastante incentivo à autonomia infantil. Na verdade, o que causou esse estranhamento não foi a escola dinamarquesa se parecer com uma casa, apenas, mas “sobretudo ao modo como os espaços são ocupados e habitados, colocando concepções de criança e de educação infantil em questão” (Haddad, 2020, p. 8). Na Finlândia, por exemplo,

a participação das crianças permanece muito semelhante às dos sistemas de governação adultos. As crianças votam para órgãos representativos e participam em assembleias de escolas e municipais, atuando como ‘políticos’. Outras atuarão enquanto ‘participantes cívicos’ tomando parte de diferentes formas de questionamento e sendo ouvidas em assuntos seus. Ainda assim, o facto de serem retratadas enquanto ‘políticos’, como é o caso de assembleias municipais levanta questões: por um lado, as crianças valorizam esse estatuto mas, por outro, os processos e linguagens mobilizados são difíceis de entender tornando a experiência mais difícil (Trevisan, 2012, p. 102).



Sobre o relato de Trevisan (2012), me questiono se é realmente “mais difícil” elas serem socializadas no contexto de integrar-se às maneiras sociais de agir – que, porventura, são as que elas agirão ao longo da vida social – ou se é “apenas” diferente. A meu ver, em ambos os casos, o centro relacional vai ao encontro das crianças e não dos adultos, como é usual no Brasil, o que nos causa estranhamento.

Penso que a questão da agência infantil deva ser entendida através dos marcadores sociais da diferença, em razão de que países de primeiro e terceiro mundo compartilham poucas semelhanças no que diz respeito a economia e indicadores sociais. Portanto, pensar agência é uma questão de classe, pois uma criança que trabalha para ajudar no sustento de sua família praticamente, perde seu espaço na “condição infantil”, sendo geralmente vista como uma pessoa adulta.

Agência é uma questão de gênero, quando privilegiamos a oferta de informações selecionadas ou de permissão/interdição de trânsito por lugares (simbólicos ou não), tomando como base para estas decisões o fato de a interlocutora ser menina ou não. Até quando pensamos se a roupa a ser utilizada, é adequada não em razão da mobilidade no brincar, temperatura ambiente etc., mas das características masculinas e/ou femininas; é uma questão de raça, pois espaços concretos são disputados e concedidos ou não, em razão da cor da pele, do aspecto do cabelo etc. Por fim, lembremos que a agência é espelhada nos comportamentos dos grupos sociais de pertença.

Apesar de não ser o foco principal do debate travado aqui, defendo a ideia de que tanto as crianças quanto as mães são uma minoria social, no que diz respeito ao acesso e à garantia de seus direitos. Entretanto, mesmo adotando uma perspectiva interseccional, os marcadores sociais da diferença não contemplam as demandas do grupo social *mulheres-que-são-mães*, em razão das especificidades do trabalho do cuidado por elas exercido de forma não remunerada e invisibilizada, sustentando, através da economia do cuidado (Esquivel, 2012), as relações econômicas da sociedade neoliberal³.

Impossibilitando as crianças de participar das decisões cotidianas, estamos as afastando da vida, das marcas pelas ruas, tratando-as “como se fossem bagagem, arrastadas pelas mãos como se fossem malas de rodinhas” (Ingold, 2015, p. 85). Onde “coloquei” a autonomia de minha cria ao pensar que seus passos curtos atrasariam os meus? Uma das lições que tive, diz respeito a essa questão da agência, ao que me atravessou perceber as tentativas irrefletidas, ao longo do tempo, de adestrar seus passos, sua visão, seus sentidos, enfim, de docilizar seu corpo (Foucault, 2021a).

Por mais que me disponha a privilegiar a presença de Naiane na vida, vez ou outra, a mente colonizada aparece, quando contribuo para sua invisibilização social.

3 Aprofundo esta discussão em minha tese de doutorado, que está em andamento.



Aquele corpo pequeno, aquela pessoa descobrindo a vida ali e eu, em um outro tipo de incursão mental, ocupada com o atravessar as ruas, com o vigor do sol sobre nossa pele, com a aproximação de alguém que poderia trazer o vírus... Essas normatizações recaem também sobre a figura da mãe, aquela que deve manter a criança em silêncio, para que não “atrapalhe” o transcurso da “vida normal”, ou seja, sem crianças por perto. A vigília advém de dentro e de fora da família, como mostra o trecho a seguir, extraído do texto de Flávia Pires, quando ela discorre sobre um momento de interlocução com crianças, em sua pesquisa de doutorado. Usual e tacitamente, pensa-se

Que a criança deve ficar em silêncio na presença de adultos, principalmente quando os adultos estão conversando. Que, enfim, elas devem servir os adultos porque ‘o direito’ do adulto ultrapassa o da criança. O atrito com a vizinha rabugenta vem do fato de que, segundo ela, eu não estava me comportando de acordo com o que é esperado de uma pessoa adulta. De um adulto espera-se que ele não deixe as crianças fazerem muita algazarra ou que, pelo menos, coloque ordem na bagunça quando for preciso. Agindo daquele modo, eu só podia ser considerada uma irresponsável (Pires, 2007, p. 231).

Como alerta Ingold (2015, p. 85), “frequentemente as crianças não olham, sequer sabem para onde estão indo, e tampouco são vistas por quem vem no sentido oposto”. O autor se auxilia em Michael Wolf e diz que “os pedestres que se aproximam, ao que parece, ‘avistariam’ o adulto e negociariam com ele o direito de passagem’ (Wolf, 1973, p. 45 [apud Ingold, 2015, p. 85]), ignorando e sendo ignorados pela criança cujos olhos, além de estarem em um nível inferior, estariam decididamente voltados para baixo” (Ingold, 2015, p. 85).

É nesse contexto que entendo que a pandemia “escancara” a invisibilização social à qual são submetidas as crianças, bem como outros grupos vulneráveis: sem poder ir à escola, brincar fora de casa, se tornam “malas” para serem puxadas pelas mães – cada vez mais sobrecarregadas, física, mental e emocionalmente. E com o aumento das demandas (a sobrecarga), sobra cada vez menos tempo, o que nos imprime a necessidade de uma criança obediente, ou seja, um corpo dócil, disciplinado (Foucault, 2014).

Naná, como criança que é, não tem a noção de separação esculpida na mente (sou humana e a borboleta não, possuo agência e a borboleta da asa amarela, não, por exemplo), mas uma cosmovisão animalizada, em seu sentido subvertido (Haraway, 2000): não aquele que qualifica – ou desqualifica – as pessoas como animais, mas aquele que transcende os binarismos e agrega por afinidade, não por identidade. Do jeito dela, ali, naquele *hall*, ela pôs os espelhos do caleidoscópio em conjunção para formar a imagem de um fluido que limparia suas mãos para proteger do vírus, de uma forma adaptada a sua imaginação infantil.



Crianças, animais humanos e não humanos, vírus, insetos: para tudo e todos olhamos com vistas a docilizar esse “equipamento natural para viver milhares de espécies de vida”, de modo que “terminamos por viver apenas uma” (Geertz, 1989, p. 57).

Atravessando dualismos e superando a mente colonizada

Os dualismos (mente/corpo, natureza/cultura, macho/fêmea etc.) são dicotomias que vêm perdendo a fixidez com as críticas feministas (Haraway, 2000), entre outras. Por outro lado, controle, disciplina e tecnologia, palavras do dicionário foucaultiano, têm se enraizado em nossos cotidianos e atravessado nossos corpos.

Foucault (2021a, p. 242) mostra que “é pelo estudo dos mecanismos que penetraram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas”. Além disso, deve-se ter em mente que o poder não é uma coisa em si, e sim uma relação – ou, como prefiro pensar, ele atravessa as relações, que são/formam a malha ingoldiana, o entre (Ingold, 2015). Seguindo essa linha de pensamento, nada está isento de poder, e ele só pode ser compreendido se captado seu caráter relacional: o poder não visa a excluir as pessoas da vida social, mas sim adestrá-las.

O objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contrapoder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política (Machado, 2021, p. 18).

Nesse contexto, chamo atenção para o poder disciplinar (Foucault, 2021a) e suas características básicas: organização do espaço, controle do tempo e a vigilância. A organização de nossas casas, das ruas, das cidades, insere os corpos em espaços individualizados, classificatórios e geralmente de forma hierarquizada, de lugares interditos para crianças e para animais não humanos – até os controversos movimentos *child free*, por exemplo.

O controle do tempo aparece em nossas vidas exatamente quando nos sentimos atrasadas pelos passinhos curtos, na nossa necessidade de ir e vir com rapidez e eficiência, sujeitando os corpos ao tempo, apenas passando, sem passear pela vida, nos entregando sem reflexão à fera faminta da disciplina capitalista utilitarista.

Por fim, a vigilância, que impregna em quem é vigiado a visão do vigilante, seja talvez o mais explícito e o menos problematizado dos instrumentos de controle exercido sobre as crianças. Digo isso, porque Foucault (2014) ensina que a vigilância, ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber; e o que seria a construção



subjetiva de uma criança sobre si mesma, senão um saber construído por ela através do saber-poder exercido por quem a circunda? Colaboramos com frequência para estigmas e rótulos se tornarem parte constituinte de nossas pequenas, quando reafirmamos que ela é *boazinha, danada, chata, obediente* etc., cristalizando os comportamentos em vez de compreendê-los relacionalmente.

A disciplina é, portanto, uma forma de exercer o poder: é dispositivo, mecanismo e instrumento de poder; “são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 2014 p. 135). Assim, pensar sobre controle e disciplina no contexto da infância, em tempos de pandemia, é problematizar *como e para que* estamos educando nossas crias, nossas “filhas do álcool em gel”.

Considerando que costumeiramente as crianças são “arrastadas como malas”, não consideradas em suas necessidades de afeto e acolhimento, entre outras formas de silenciamento, penso que essa pandemia tem sido uma grande fonte de angústias e frustrações. Se estão vivenciando a pandemia de Covid-19 (ou qualquer outra situação cotidiana), as crianças devem ser informadas e atualizadas sobre a realidade, ouvidas sobre seus medos e angústias, e acolhidas. Não seria estranho pensar dessa forma, se, em vez da palavra “criança”, escrevêssemos “pessoa” – o que tacitamente alude a um adulto.

Retomo aqui a questão do *dispenser* imaginário, considerando o que ouvi também de outras mães: o que será que nossas crianças pensam, racionalizam, quando confrontadas com a existência do vírus? Será que estão sendo informadas sobre como lidar com as questões de autocuidado ou apenas sendo “obrigadas” a usar o álcool em gel? Será que nossas crianças – já silenciadas – estão apenas sendo “adestradas”, ou seja, estamos controlando seus corpos em direção à docilidade?

Por fim, reitero a necessidade de reflexão sobre essa invisibilização das crianças, sobre essa exclusão da vida cotidiana: como esperamos construir cidadãs, uma “nova geração”, com condições de construir outras relações na vida, entre seres humanos entre si e também entre nós e os outros animais? – afinal, o futuro é agora.

ÚLTIMAS PALAVRAS: UMA TRILHA AO LONGO DA QUAL SE VIVE

Neste ensaio, através do estranhamento e da descoberta, fruto de um passeio com minha filha, perdida no tempo com ela, trouxe reflexões sobre cidadania, autonomia e agência infantil, situando relacionalmente as relações de poder que se constroem e reproduzem.



Um passeio que seria usual, não fosse a pandemia de Covid-19, fez vibrar em mim inquietações sobre a condução de nossas relações com as crianças e o mundo, a ponderar sobre espaços de reprodução de uma lógica dominante, a de que as crianças são “protótipos de adultos”. Por mais que eu tenha repulsa a pensar que uma criança seja tratada como inferior, menos importante ou até como um “peso”, me dispus a refletir acerca das nuances quase imperceptíveis, porém indeléveis, de nossas ações, que, quando não problematizadas, servem de mecanismo de reprodução daquilo que repelimos.

Acredito que a pandemia tem sido uma (triste) oportunidade de percebermos de forma explícita as contradições sociais que subjagam, humilham e matam, mesmo em tempos de “normalidade sanitária”. Em outras palavras, a pandemia tem acirrado as desigualdades, assimetrias e injustiças. Entretanto, por outro lado, se nos permitirmos ao exercício antropológico do estranhamento, de olhar para o comum por outros ângulos, teremos uma oportunidade de colocar a vida como centralidade da existência, do ser humana.

Viver em tempos pandêmicos tem me forçado a lembrar que “longe de habitar um chão selado mobiliado com objetos, o animal vive e respira em um mundo de terra e céu – ou devindo terra e devindo céu” (Ingold, 2015, p. 142). Isto dito de outra forma, é lembrar que não existe o *poder* em algum lugar, mas que ele está e é o *entre*, o contumaz das relações. É lembrar que, se não nos propusermos a parar, a nos permitir sentir, seguiremos passando – e apenas isso – pela existência. É, ainda, lembrar que cada uma é fundamental na desconstrução das relações assimétricas e opressoras.

Passear pelas trilhas da vida, percebê-la, perceber a outra pessoa, a cidade, o ambiente, “não é discernir suas formas e disposições congeladas, mas juntar-se a elas nos fluxos e movimentos materiais que contribuem para a sua – e nossa – contínua formação” (Ingold, 2015, p. 143). Le Breton (2020), assim como Ingold (2015), nos lembra que as calçadas da cidade não são trilha e, portanto, não retêm nossas pegadas. Contudo, cada trilha equivale a uma relação; mas não se trata de uma relação entre um organismo aqui e o ambiente lá, mas de uma trilha ao longo da qual a vida é vivida.

Penso que ir percebendo a aquisição de autonomia e a individuação de alguém faça parte do aprendizado cotidiano que é a maternidade. Cada trilha equivale a uma relação; mas não se trata de uma relação entre um organismo aqui e o ambiente lá, mas de uma trilha ao longo da qual a vida é vivida. Por fim, penso que se primássemos por relevar a opinião dos pequenos, conseguiríamos todos os dias passear pela vida, mesmo que sem sair da vizinhança.



REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CARNEIRO, Rosamaria Giatti; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Partos, maternidades e políticas do corpo. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 181-189, abr./jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2015.2.21835>.
- COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2009.
- DONZELOT, Jacques. O governo através da família. In: **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 49-89.
- ELLIS, Carolyn. **The Ethnographic I: A Methodological Novel About Autoethnography**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.
- ESQUIVEL, Valeria. A economia do cuidado: um percurso conceitual In: JÁCOME, Marcia Laranjeira; VILLELA, Shirley. **Orçamentos sensíveis a gênero**. Brasília: ONU Mulheres, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021a.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza Albuquerque e J. Albuquerque. 11. São Paulo: Paz e Terra, 2021b.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- HADDAD, Lenira. Compreensões de práticas pedagógicas em educação infantil: olhares sobre o ambiente de um centro infantil de idades integradas na Dinamarca. **Educação Unisinos**, v. 24, p. 1-16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4013/Edu.2020.241.11>.
- HADDAD, Lenira. O uso de filmes para obter compreensões sobre a prática pedagógica em educação infantil: duas abordagens metodológicas. **Eccos**, São Paulo, n. 50, p. 1-25, jul./set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n50.14016>.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz T. (org.). **Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. (Coleção Antropologia).
- LE BRETON, David. Experiências olfativas da cidade para o pedestre. Tradução de Juliana Caruso e Tiago Hyra Rodrigues. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 27, p. 1-10, 2020. DOI:



<https://doi.org/10.4000/pontourbe.9937>

LEMOS, Flávia. A apropriação do brincar como instrumento de disciplina e controle das crianças. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 78-88, 2007.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021. p. 7-34.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles. In: MOREIRA, Alberto da Silva (org.). **Sociedade global: cultura e religião**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MEIRA, Ana. Benjamin, os brinquedos e a infância contemporânea. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 15, n. 2, p. 74-87, jul./dez. 2003.

MARCHI, Rita. A criança como ator social: críticas, réplicas e desafios teóricos e empíricos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 617-637, 2017.

PAIS, José Machado. O 'corre-corre' cotidiano no modo de vida urbano. **Tomo**, São Cristóvão, n. 16, p. 132-156, jan./jun. 2010.

PASTORE, Marina Di Napoli; PIRES, Flávia Ferreira. Crianças moçambicanas em tempo de distanciamento social. **África(s)**, Alagoinhas, v. 7, n. 13, p. 189-310, 2020.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Ver. Antropol.**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 225-270, jun. 2007.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A criança cidadã: vias e encruzilhadas. **Imprópria**, Lisboa, n. 2, p. 45-49, 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (org.). **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUSA, Emilene Leite de. As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p. 140-164, jan./jul. 2015.

TREVISAN, Gabriela. Cidadania infantil e participação política das crianças: interrogações a partir dos estudos da infância. In: DORNELLES, Leni; FERNANDES, Natália. **Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras**. Braga: CIEC, 2012, p. 84-105.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 18, p. 225-254, set. 2004.

